

Criação da Autoridade Fiscal está na pauta de votações de amanhã

Função do órgão será monitorar e avaliar a política fiscal do governo, segundo proposta de emenda à Constituição que faz parte da Agenda Brasil

O trancamento da pauta de votações por duas medidas provisórias (MPs) não impede análise de propostas de emenda à Constituição. Por isso, deve ser votada pelos senadores a instituição da Autoridade Fiscal Independente, que funcionará no âmbito do Congresso.

Uma das MPs muda regras para parcerias entre administração pública e organizações da sociedade civil. A outra cria programa para pagamento de débitos tributários contestados pelos contribuintes. **3**



O presidente do Senado, Renan Calheiros (C), é autor da proposta que institui órgão para acompanhar a política fiscal do governo federal

Paraná recebe ação por mais mulheres na política **6**

Rondônia cobra nomeação de fiscais para a pecuária **8**

Governo do DF deve ampliar diálogo, aponta debate **6**

Juristas iniciam análise da legislação esportiva hoje **7**

Emendas ao Plano Plurianual começam a ser avaliadas **3**

ARQUIVO **S**



Jornal Última Hora noticia na primeira página de 22 de novembro de 1955 vitória contra golpes

Pela democracia, general tirou 2 presidentes

Há 60 anos, UDN e militares orquestraram dois golpes para impedir que JK assumisse a Presidência. Mas o general Lott pôs tanques nas ruas do Rio e orde-

nou tiros de canhão na praia. O vice-presidente do Senado, Nereu Ramos, ocupou a Presidência até 31 de janeiro de 1956, quando transmitiu o poder para JK. **4 e 5**

ACONTECEU NO SENADO

Defesa de contas de 2014 chegou ao Congresso

Entre os acontecimentos da semana passada, teve destaque a entrega ao Congresso da resposta do governo à recomendação do TCU pela rejeição das

contas de 2014. O documento foi encaminhado à Comissão Mista de Orçamento. Outro fato marcante foi a aprovação de projeto sobre direito de resposta. **8**



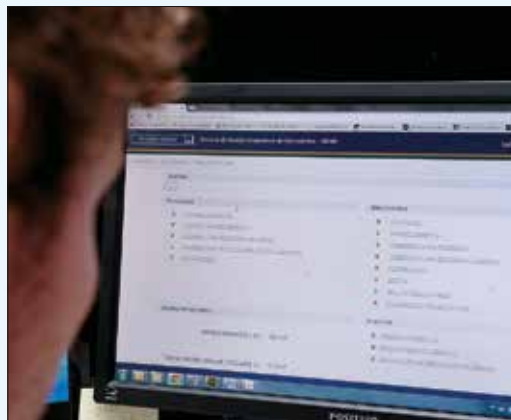
Rose de Freitas, presidente da Comissão de Orçamento, fala sobre análise de contas do governo



Tramitação eletrônica poupa recursos e diminui burocracia

Nos primeiros seis meses de implantação do processo eletrônico, o Senado economizou cerca de R\$ 120 mil nos gastos

com papel, impressão e insumos. Também houve ganhos na velocidade de tramitação, com redução da burocracia. **2**



Sistema facilita o acompanhamento dos processos

Mães de jovens mortos por policiais no Rio de Janeiro pedem justiça

A sensação de impunidade marcou o depoimento dos familiares de vítimas que falaram à CPI do Assassinato de Jovens, no Rio de Janeiro, sobre violência policial. A maioria dos relatos foi sobre homicídios de adolescentes em favelas, e os inquéritos foram encerrados sem indiciamento dos responsáveis. Na audiência, Lindbergh Farias propôs uma reforma do sistema policial brasileiro. **7**

Processo eletrônico dá mais eficiência à administração

No Senado, há seis meses, produção, movimentação e gestão de documentos passaram para meio digital. A Casa economizou dinheiro e tempo, reduziu a burocracia e aumentou a sustentabilidade



NOS PRIMEIROS SEIS meses de implantação do processo eletrônico na rotina administrativa do Senado, o sistema garantiu redução de gastos, mais transparência e segurança na tramitação. Desde a mudança, em maio, a produção, a movimentação e a gestão de documentos passaram a ser feitas em meio digital.

De acordo com a diretora-geral da Casa, Ilana Trombka, a medida trouxe economia de tempo, menos burocracia e está alinhada à sustentabilidade prevista na Carta de Compromissos do Senado.

— Um dos ganhos foi a possibilidade de vários entes acessarem o processo ao mesmo tempo e a oportunidade de correção antes do fim do processo. Os processos são muito facilmente controlados, localizados, verificados e estão disponíveis para todos os envolvidos — disse.

A implantação do processo eletrônico no Senado teve início em abril de 2012 com a aquisição do Sistema Informatizado de Gestão Arquivística de Documentos (Sigad) para controlar a produção, a transmissão, o armazenamento, a manutenção e a preservação dos conteúdos. Em agosto de 2013, o sistema foi implantado pela Casa em sua primeira fase, a de tramitação dos processos. Desde maio deste ano, com a adoção plena da versão eletrônica, os novos processos passaram a ser inteiramente digitais. Os antigos tiveram a tramitação em papel encerrada e passaram para o meio digital, mantendo-se no meio físico apenas para consulta.

O chefe do Serviço de Processo Eletrônico, Kristianno Medeiros Viana, destacou a segurança, a transparência e a celeridade processual como conquistas do novo sistema.

— As pessoas não tinham o hábito de cadastrar todos os documentos. Agora, o sistema grava todas as alterações feitas pelos usuários e o documento digital dá a possibilidade de gerar uma cópia de segurança, diferentemente do papel, em que você tem um gasto com espaço físico e não garante a recuperação completa.

O chefe de serviço ressaltou que o Senado deve economizar, em quatro anos, R\$ 960 mil nos gastos com papel, impressão e insumos, como grampos, capas de processo e cliques. De maio a outubro, disse, foram economizados R\$ 120 mil com a implantação do processo eletrônico. Por mês, a economia foi de R\$ 20 mil.

— Estamos traçando estratégias para diminuir e suprimir as impressões — afirmou.

Outro benefício, de acordo com Viana, é a possibilidade de anexar documentos de origem externa e disponíveis na internet.

— Muitos documentos, como no caso dos prestadores de ser-

viço, nós tínhamos que imprimir e anexar ao processo. Hoje, eles vão automaticamente em diversas áreas da Casa, como nas compras e nas contratações — ressaltou.

Certificação digital

A troca do papel pelo meio digital exigiu que servidores obtivessem uma assinatura eletrônica para as certificações do fluxo de documentos. Isso garante validade jurídica e proteção às transações eletrônicas. Até o momento, foram emitidos pelo Senado mais de 5,2 mil certificados digitais para a tramitação interna de processos. Para a tramitação de documentos que envolvem outros órgãos, foi necessária a aquisição de certificados.

— Foram adquiridos apenas 80 certificados da empresa ICP-Brasil para a implantação. Além disso, estão prestes a serem adquiridos mais 500 certificados do mesmo tipo. Esses foram, basicamente, os únicos custos do processo eletrônico até agora — disse.

Segundo Viana, foram capacitados mais de 2,8 mil servidores em cursos presenciais e a distância para trabalhar com o novo formato.

Vantagens da tramitação eletrônica

- +** **transparência** na administração
- **burocracia** nas decisões
- +** **segurança** nos dados
- **tempo** para as conclusões
- +** **sustentabilidade** com menos gasto de insumos
- **gasto**, com economia de R\$ 120 mil em seis meses

Morre Beni Veras, ex-senador e ex-governador do Ceará

O ex-senador pelo Ceará, ex-governador e ex-ministro do Planejamento Beni Veras morreu na sexta-feira aos 80 anos. Benedito Clayton Veras Alcântara era natural de Crateús (CE) e casado com Vanda de Sousa Alcântara, com quem teve quatro filhos.

Um dos fundadores do PSDB cearense, Beni Veras representou o estado no Senado entre 1991 e 1998. Uma das propostas apresentadas por ele foi a que liquidou o Instituto de Previdência dos Congressistas.

O político deixou o Senado em janeiro de 1999 por ter sido eleito vice-governador

do Ceará. Com a renúncia do então governador Tasso Jereissati para concorrer ao Senado, em abril de 2002, Beni Veras assumiu o cargo até janeiro de 2003.

Em nota, Tasso Jereissati (PSDB-CE) afirmou que o Brasil e o Ceará “perderam um de seus mais destacados líderes”. O senador lembrou a amizade entre eles e disse que entrou na vida pública com o estímulo de Beni Veras.

“Suas ideias inspiraram a criação do movimento pelas mudanças, revolucionando a forma de fazer política, no Ceará”, escreveu Tasso.



Fundador do PSDB no seu estado, Beni Veras foi senador entre 1991 e 1998

AGENDA

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço: <http://bit.ly/agendaSenado>



<p>SEGUNDA</p> <p>CDH Designer de interiores 9h Audiência interativa debate o exercício da profissão de designer de interiores.</p> <p>DESPORTO Reunião 10h Primeira reunião deliberativa da comissão de juristas que vai elaborar anteprojeto de lei geral do desporto.</p> <p>CONGRESSO Instituto Lado a Lado 11h Sessão solene para homenagear o Instituto Lado a Lado pela Vida, idealizador do movimento Novembro Azul.</p> <p>CONSELHO DE COMUNICAÇÃO Crise 14h Reunião com presidentes da Ancine e da EBC para discutir efeitos da crise econômica sobre o setor da comunicação.</p> <p>PLENÁRIO Pronunciamentos 14h Sessão não deliberativa, destinada a pronunciamentos.</p> <p>DESBUROCRATIZAÇÃO Reunião 14h30 Reunião da comissão de juristas.</p> <p>ASSASSINATO DE JOVENS Audiência 19h30 A CPI faz audiência interativa com o Unicef e as organizações Viva Rio e Amanhecer contra a Redução.</p> <p>TERÇA</p> <p>CCT Pesquisas em humanos 9h Audiência interativa para instruir o PLS 200/2015, sobre regras para condução de pesquisas clínicas em seres humanos.</p> <p>CMA Educação ambiental 9h30 O PLC 105/2014, que institui a Política Nacional de Educação Ambiental, é um dos itens da pauta da comissão.</p> <p>DESPORTO Reunião 10h Reunião da comissão de juristas responsável pela elaboração de anteprojeto de lei geral do desporto brasileiro.</p> <p>CAE Quebra de sigilo 10h Na pauta, entre outros projetos, está o PLS 307/2012, que fixa prazo de 30 dias para cumprimento de ordem judicial de quebra de sigilo bancário.</p> <p>CONGRESSO 85 anos da OAB 11h Sessão solene homenageia os 85 anos da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB).</p> <p>CE Revalidação de diploma 11h30 Reunião analisa, entre outros, o PLS 138/2012, que institui o Exame Nacional de Revalidação de Diplomas Médicos.</p> <p>CMO Orçamento 2016 14h A comissão mista analisa relatórios ao projeto de lei orçamentária de 2016.</p> <p>MP 689 Previdência de servidor 14h30 Audiência para debater a medida, que obriga o servidor público licenciado sem remuneração a continuar contribuindo para o regime previdenciário.</p> <p>MP 690 Elevação de tributos 14h30 Análise de relatório da MP, que eleva tributo de produtos eletroeletrônicos e de bebidas quentes.</p> <p>INTELIGÊNCIA Debate 14h30 A comissão mista faz audiência pública para discutir a reforma da legislação brasileira de inteligência.</p>	<p>QUARTA</p> <p>MINERAÇÃO Construção civil 14h30 A subcomissão faz audiência pública sobre o uso de minerais na construção civil.</p> <p>VIOLÊNCIA CONTRA MULHER Reunião 14h30 A comissão promove audiência interativa para discutir a violência sexual nas universidades.</p> <p>CI Lei de Licitações 8h30 A comissão analisa o PLS 559/2013, que moderniza a Lei de Licitações, e mais 9 itens.</p> <p>CAS Órteses e próteses 9h Na pauta, o PLC 93/2013, que obriga emissão de documentos relativos a órteses e próteses, e mais 9 itens.</p> <p>CCJ Remição de pena para doador 10h A comissão debate o PLS 117/2014, que prevê a remição de pena para o condenado que doar sangue, e mais 25 itens.</p> <p>CDR Desenvolvimento nacional 10h A comissão faz audiência interativa sobre o Consórcio Interestadual de Desenvolvimento do Brasil Central.</p> <p>CE Base Nacional Curricular 11h A comissão promove audiência interativa sobre a Base Nacional Comum Curricular.</p> <p>CMO Relatórios 14h A Comissão Mista de Orçamento analisa relatórios apresentados ao projeto de lei orçamentária de 2016.</p> <p>ASSASSINATO DE JOVENS Secretários 14h30 A CPI faz audiência interativa com os secretários de Segurança Pública do Rio de Janeiro, da Bahia e do Ceará.</p> <p>MP 691 Imóveis da União 15h Continuidade de apreciação de relatório da medida provisória que dispõe sobre a gestão de imóveis da União e seu uso para a constituição de fundos.</p> <p>CMO Lei orçamentária de 2016 9h30 A comissão analisa relatórios ao projeto de lei orçamentária 2016.</p> <p>CCJ Cartórios 10h A comissão promove audiência interativa para instruir a PEC 51/2015, que regulariza a situação de titulares e servidores de cartórios.</p> <p>CMMC Fraudes em motores da Volks 10h A Comissão Mista Permanente sobre Mudanças Climáticas realiza audiência interativa para discutir o caso de fraude em softwares nos motores de carros da Volkswagen.</p> <p>CRE 25 anos do Mercosul 10h A Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional realiza audiência interativa para debater os 25 anos do Mercado Comum do Mercosul (Mercosul). Logo depois, os senadores apreciam, entre outros itens, o PLS 213/2015, que garante às mulheres o direito de opção ao serviço militar.</p>
---	--

SESSÃO ON-LINE

Confira a íntegra das sessões no **Plenário**: <http://bit.ly/plenarioOnline>

Confira a íntegra das sessões nas **comissões**: <http://bit.ly/comissoesOnline>

AUDIÊNCIAS INTERATIVAS

Participe: <http://bit.ly/audienciainterativa>

- Alô Senado: 0800 612211
- Acompanhe: • Portal e-Cidadania: senado.leg.br/ecidania
- Facebook: [senadofederal](https://www.facebook.com/senadofederal) • Twitter: [@agencia_senado](https://twitter.com/agencia_senado)
- TV: senado.leg.br/TV

TV SENADO

A TV Senado transmite, a partir das 9h, **audiência pública da Comissão de Direitos Humanos**. As reuniões podem ser acompanhadas ao vivo pela internet (www.senado.leg.br/tv) e em Brasília, pela TV Senado Digital, nos canais 51.1 a 51.4.

Senado pode votar PEC da Autoridade Fiscal

Iniciativa de Renan Calheiros integra a Agenda Brasil e cria órgão para monitorar e avaliar a política fiscal do governo. Pauta ordinária está trancada pelas MPs 684 e 685

AGENDA BRASIL

DUAS MEDIDAS PROVISÓRIAS trancam a pauta de votações do Senado. Uma delas é a MP 684/2015, que altera normas para o estabelecimento de parcerias entre a administração pública e organizações da sociedade civil. A outra, MP 685/2015, institui programa para pagamento de débitos tributários contestados pelos contribuintes. Entre os 12 itens previstos para deliberação amanhã, deve ser votada a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 83/2015, que cria a Autoridade Fiscal Independente.

Mesmo com a pauta trancada para os projetos de lei, devem ser deliberadas em Plenário outras proposições.

— Teremos que deliberar sobre matérias que não dependam do trancamento da pauta: projeto de resolução, emenda constitucional e projeto de lei complementar — disse o presidente do Senado, Renan Calheiros.

Ele é autor da PEC que cria a Autoridade Fiscal Independente. O órgão terá a atribuição de monitorar e avaliar a política fiscal do governo no âmbito do Congresso, e sua criação integra a Agenda Brasil, conjunto de projetos



Segundo Renan, objetivo é analisar projetos não atingidos pelo trancamento da pauta, como emendas constitucionais

destinados a alavancar o crescimento econômico do país e aumentar a segurança jurídica.

O Projeto de Lei de Conversão (PLV) 21/2015, proveniente da MP 684, adia para fevereiro de 2016 a entrada em vigor das novas regras sobre parcerias entre organizações da sociedade civil e governos (Lei 13.019/2014).

O texto da comissão mista, aprovado na Câmara dos Deputados, permite aos municípios aplicar as novas regras somente a partir de 1º de janeiro de 2017. O relator, deputado Eduardo Barbosa (PSDB-MG), flexibilizou o tempo mínimo de existência requerido para

que as organizações realizem parcerias com o poder público. Em vez de três anos, passou a ser exigido um ano para parcerias com municípios e dois anos com os estados, sendo mantidos os três anos para acordos com a União. O administrador poderá ainda dispensar a exigência de experiência prévia da organização para sua contratação, além da concessão de benefícios para as organizações, independentemente de certificação.

A exigência da prestação de contas ao final de cada parcela, se o repasse não fosse único, também foi alterada. Agora só será exigida se a parceria

for superior a um ano. O regulamento simplificado de prestação de contas deixa de ser restrito às parcerias com valores menores que R\$ 600 mil.

Dispensa

Outra mudança foi a dispensa de chamamento público para a escolha da entidade nas parcerias com recursos oriundos de emendas parlamentares. Para os serviços de educação, saúde e assistência social, executados por organizações previamente credenciadas, também será permitida a dispensa do chamamento. Pela legislação atual, isso é possível apenas

em situações de guerra ou grave perturbação da ordem pública.

Já a MP 685, na forma do PLV 22/2015, permite a quitação de débitos tributários com a Receita Federal ou a Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional e que sejam objeto de questionamento administrativo ou judicial.

Para aderir ao Programa de Redução de Litígios Tributários, criado pela medida, o contribuinte tem que desistir de impugnações, recursos administrativos ou ações judiciais relacionados aos débitos.

O contribuinte deverá pagar em espécie pelo menos 43% do total da dívida até o último dia útil do mês da opção. Para quitar o restante, poderão ser usados créditos de prejuízos fiscais e da base de cálculo negativa da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL), apurados até 31 de dezembro de 2013 e declarados até 30 de junho de 2015.

Com a medida, o governo espera aumentar a arrecadação tributária ainda neste ano. Segundo a Receita Federal, dos 35,4 mil contribuintes com dívidas, 28,4 mil (80%) têm créditos de prejuízo fiscal do Imposto de Renda Pessoa Jurídica ou base de cálculo negativa da CSLL para quitação de 57% do passivo tributário.

Comissões começam análise de emendas ao Plano Plurianual

As comissões do Senado iniciam esta semana a análise das emendas propostas por seus membros ao projeto do Plano Plurianual (PPA) 2016-2019. Cada colegiado fará um consolidado de propostas e o enviará para a Comissão Mista de Orçamento (CMO), onde se encontra o PPA.

Quatro comissões abriram na sexta-feira prazo para que os membros apresentem as emendas: Assuntos Econômicos (CAE), Assuntos Sociais

(CAS), Ciência e Tecnologia (CCT) e Meio Ambiente e Defesa do Consumidor (CMA).

A CMA será a primeira a votar o relatório das propostas, amanhã. Ainda não há relatoria definida. Na quarta, às 10h, será a vez da CAS. Gleisi Hoffmann (PT-PR) é a relatora. No mesmo dia, às 14h30, a CCT fará sua apreciação. A CAE ainda não definiu data para a análise, mas já anunciou que o prazo para a apresentação termina na quarta.

Medida provisória eleva tributos para bebidas e produtos eletrônicos

A comissão mista sobre a medida provisória que eleva tributos para bebidas alcoólicas quentes e produtos eletrônicos vota amanhã, às 14h30, o relatório final.

O parecer sobre a MP 690/2015 será apresentado pelo senador Humberto Costa (PT-PE). Se o texto for aprovado, a MP seguirá para votação na Câmara e depois no Senado.

A medida muda a maneira de tributar cachaça, vinho, uísque, vodca, rum e outras

bebidas quentes. Também acaba com a isenção do PIS-Pasep e da Cofins concedida a produtos como computadores, tablets e smartphones.

A expectativa do governo é arrecadar R\$ 8,2 bilhões em 2016 com a MP. Produtores de eletrônicos e de bebidas, porém, alegam que esse aumento de arrecadação é baixo diante do impacto negativo para a produção, para a geração de emprego e para o consumidor, devido ao aumento de preços.

Terceirização é repudiada em audiência no Amapá

Na sexta-feira, um dia após reunir em Belém representantes das centrais sindicais, do Judiciário e de movimentos sociais, a Comissão de Direitos Humanos (CDH) voltou a debater, em Macapá, o projeto que fixa novas regras para terceirização de mão de obra.

Em entrevista à TV Senado, o presidente da CDH, senador Paulo Paim (PT-RS), disse que os três senadores do Amapá — Davi Alcolumbre (DEM), João Capiberibe (PSB) e Randolfe Rodrigues (Rede) —, além dos

representantes da sociedade presentes à audiência pública, se posicionaram contra a proposta sobre o assunto, já aprovada pela Câmara dos Deputados (PLC 30/2015).

De acordo com Paim, a divergência se dá tanto em relação ao projeto da terceirização, sobretudo por causa da brecha que ele abre para a terceirização das atividades-fim das empresas, quanto à proposta de flexibilização da legislação trabalhista, de modo a permitir que o

negociado prevaleça sobre o legislado.

— É como se disséssemos: não importam mais as leis, mas somente o que empregado e empregador acertarem entre si. Isso seria um retrocesso histórico. Por isso que há uma grande discordância tanto em relação à terceirização quanto em relação a isso — afirmou o senador.

Com o debate promovido em Macapá, a CDH fez a 21ª audiência pública sobre a questão da terceirização.

Debate busca aprimoramento de pesquisas clínicas

Debate sobre mecanismos mais ágeis para a realização de pesquisas clínicas em seres humanos será realizado amanhã na Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (CCT), às 9h.

A audiência pública vai discutir o PLS 200/2015, que garante assistência médica com pessoal qualificado para proteger a saúde do participante de pesquisa clínica, durante toda a execução do estudo.

O projeto também determina que o paciente continue a ter acesso ao medicamento experimental pós-estudo, quando ele se mostrar benéfico e indispensável para a continuidade do tratamento após o término da pesquisa.

Para a audiência pública, foram convidados representantes da Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz), da Aliança Pesquisa Clínica Brasil, da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC), da Comissão Nacional de

Ética em Pesquisa do Conselho Nacional de Saúde do Ministério da Saúde (Conep) e da Associação Médica Brasileira (AMB).

O PLS 200/2015 foi apresentado em conjunto por Ana Amélia (PP-RS), Waldemir Moka (PMDB-MS) e Walter Pinheiro (PT-BA). O projeto se encontra na CCT, onde é relatado por Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP).

Veja na pág. 2 como acompanhar a audiência e participar dela

Hélio José: DF deve ampliar diálogo com a população

Em audiência, o senador defendeu que a crise financeira e a greve de servidores devem ser enfrentadas pelo governo do Distrito Federal com a abertura das contas e a explicação das medidas adotadas

A SUPERACÃO DA crise financeira enfrentada pelo governo do Distrito Federal e de impasses com diversas categorias de servidores públicos em greve só será possível com a ampliação do diálogo, na opinião de Hélio José (PSD-DF).

O senador presidiu audiência sexta-feira na Comissão de Direitos Humanos (CDH), sobre a gestão de Brasília.

— Está faltando diálogo. A crise do GDF não interessa à população, aos parlamentares e aos servidores. A crise não foi causada por nós e o governador precisa cumprir seu compromisso, seu programa de trabalho — cobrou.

O governador Rodrigo Rollemberg assumiu em janeiro com deficit no orçamento e tem buscado equilibrar as contas com medidas que incluem aumento de impostos e congelamento de reajustes salariais negociados em gestões anteriores. Para Hélio José — que assumiu o cargo de senador como suplente de Rollemberg —, o governador deve “abrir as contas” para a população e lideranças políticas, justificando, “pelo convencimento e não por imposição”, a adoção das medidas.

— A população do Distrito Federal, como pagante de

impostos, tem que exigir que as instituições funcionem de forma adequada — frisou.

O senador reconheceu avanços no diálogo, como reuniões entre parlamentares distritais e o primeiro escalão da administração do DF, mas lamentou a ausência de representantes do governo na audiência.

Rosilene Correa, diretora do Sindicato dos Professores do DF, repudiou a ação da polícia militar durante manifestação da categoria em 28 de outubro. Ela apresentou vídeo mostrando uso de bala de borracha, bomba de efeito moral e spray de pimenta para dispersar os professores. Para o deputado Izalci (PSDB-DF), as imagens do confronto revelam irresponsabilidade da polícia e fragilidades do governo do

DF na gestão da segurança pública.

Rodrigo Rodrigues, secretário-geral da Central Única dos Trabalhadores no DF, condenou o fato de o governo ter recorrido à Justiça contra os movimentos grevistas. A crítica foi compartilhada pela deputada Érika Kokay (PT-DF):

— Não é a Justiça que decide conflitos trabalhistas. É a mesa de negociação. Ao se buscar a judicialização, está se usando instrumento de pressão e abrindo mão das prerrogativas de diálogo do governo.

Já Ibrahim Yusef, presidente do Sindicato dos Servidores Públicos Cíveis da Administração Direta, pediu a aprovação de projeto que regulamenta o direito de greve no setor público (PLS 287/2013).



Comissão de Direitos Humanos realiza debate sobre a gestão do DF e greves

Audiência debate profissão de designer de interior

Está em análise no Senado projeto já aprovado pelos deputados que regulamenta o exercício da profissão de designer de interiores. Pela proposta (PLC 97/2015), o designer de interiores é o profissional que planeja e projeta espaços internos, visando à estética, ao conforto e à saúde dos usuários.

O texto vai ser examinado pela Comissão de Assuntos Sociais (CAS), mas, antes da votação, a Comissão de Direitos Humanos (CDH) promove hoje, às 9h, uma audiência pública para discutir o exercício da profissão.

Entre os convidados, especialistas como a coordenadora do curso de Composição de Interiores da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), Nora Geoffroy, e a presidente da Associação Brasileira de Designer de Interiores, Renata Amaral. O cidadão também pode participar.

O projeto estabelece que podem exercer a profissão os diplomados em nível superior em cursos de composição de interior e de design de ambientes, além dos graduados em arquitetura. Já para ser técnico em design de interiores será necessário certificado em cursos técnicos na área.

O relator do projeto na CAS, Paulo Paim (PT-RS), defendeu a aprovação do texto. Segundo ele, “o designer de interiores desempenha função de grande relevância social, proporcionando melhor qualidade de vida ao cliente e ao usuário do espaço modificado”.

O relator do projeto na CAS, Paulo Paim (PT-RS), defendeu a aprovação do texto. Segundo ele, “o designer de interiores desempenha função de grande relevância social, proporcionando melhor qualidade de vida ao cliente e ao usuário do espaço modificado”.

O relator do projeto na CAS, Paulo Paim (PT-RS), defendeu a aprovação do texto. Segundo ele, “o designer de interiores desempenha função de grande relevância social, proporcionando melhor qualidade de vida ao cliente e ao usuário do espaço modificado”.

Veja na pág. 2 como acompanhar a audiência e participar dela



Gleisi Hoffmann (E) e Vanessa Grazziotin (C) durante evento em Curitiba

Campanha Mais Mulheres na Política é lançada no Paraná

A campanha Mais Mulheres na Política foi lançada no Paraná na sexta-feira. A iniciativa foi da Procuradoria Especial da Mulher do Senado, da Secretaria de Mulheres da Câmara dos Deputados, das senadoras Gleisi Hoffmann (PT-PR) e Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) e das deputadas Christiane Yared (PTN-PR) e Leandre Dal Ponte (PV-PR).

O ato de lançamento, realizado em Curitiba, na assembleia legislativa do estado, contou ainda com o apoio da secretaria da Mulher do município e do Fórum Popular de Mulheres.

A senadora Vanessa apresentou a campanha.

— Nós podemos ser de outros partidos e lutar por causas diferentes, mas quando o assunto é a situação das mulheres, nós nos unimos. E essa unidade tem feito toda a diferença — disse.

Gleisi Hoffmann destacou a PEC 98/2015 (PEC 134/2015 na Câmara), que reserva cotas para as mulheres no Parlamento.

— Se precisar continuar com a política de cotas para que mais mulheres sejam eleitas, nós vamos continuar. Porque quando uma mulher entra na política, ela leva junto todas as pautas femininas, que costumam ser colocadas como temas sem importância.

O evento foi marcado pela presença de várias entidades, como União Paranaense dos Estudantes Secundaristas, Rede de Mulheres Negras do Paraná, União das Mulheres dos Campos Gerais, Conselho Municipal da Mulher de Ponta Grossa, UnaLGBT, Fórum

de Mulheres de São José dos Pinhais, União Brasileira dos Estudantes Secundaristas e União Brasileira de Mulheres.

Também estiveram presentes prefeitas, vice-prefeitas, vereadoras e secretárias de Políticas para as Mulheres de municípios paranaenses e autoridades estaduais.

Bancadas

Nas eleições de 2014 no Paraná, 30,9% dos candidatos eram do sexo feminino. No entanto, as mulheres representaram apenas 6,7% dos eleitos. A proporção de candidatas no Paraná apresenta tendência crescente desde 1998, quando elas eram 9,1% dos candidatos. Passaram a representar 11,3% em 2002, 12,8% em 2006 e 21,8% em 2010, chegando ao auge em 2014, com 30,9%.

No Paraná, a média segue a nacional: somente 38 mulheres ocupam o cargo mais alto do Executivo nas cidades e 451 são vereadoras. A banca federal é composta por 33 deputados e senadores, dos quais apenas 3 são mulheres. O estado tem como vice-governadora uma mulher, Cida Borghetti (Pros).

Presente no lançamento da campanha, a vice-governadora destacou a parceria que tem com as senadoras e a importância dessa união.

— É uma pauta suprapartidária, estamos unidas na construção de ações eficientes que asseguram uma participação mais efetiva da mulher na política. Precisamos de movimentos como esse para conscientizar e unir lideranças e órgãos representativos — disse Cida Borghetti.

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Renan Calheiros
Primeiro-vice-presidente: Jorge Viana
Segundo-vice-presidente: Romero Jucá
Primeiro-secretário: Vicentinho Alves
Segundo-secretário: Zeze Perrella
Terceiro-secretário: Gladson Cameli
Quarta-secretária: Ângela Portela
Suplentes de secretário:
 Sérgio Petecão, João Alberto Souza, Elmano Férrer e Douglas Cintra

Secretário-geral da Mesa: Luiz Fernando Bandeira
Diretora-geral: Ilana Trombka

SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretora: Virgínia Malheiros Galvez
Diretora-adjunta: Edna de Souza Carvalho
Diretora de Jornalismo: Ester Monteiro

SECRETARIA AGÊNCIA E JORNAL DO SENADO

Diretor: Ricardo Icassatti Hermano
Diretor-adjunto: Flávio Faria
Serviço de Arte: Bruno Bazílio
Coordenação de Cobertura: Rodrigo Chia
Serviço de Reportagem: Sheyla Assunção
Serviço de Fotografia: Leonardo Alves Sá
Coordenação de Edição: Silvio Burle
Serviço de Portal de Notícias: Mikhail Lopes
Site: www.senado.leg.br/noticias

JORNAL DO SENADO

Editor-chefe: Marcio Maturana

Edição e revisão: Cintia Sasse, Fernanda Vidigal, Juliana Rebelo, Juliana Steck, Pedro Pincer, Ricardo Westin e Tatiana Beltrão

Diagramação: Beto Alvim, Ronaldo Alves e Wesley Moura

Tratamento de imagem: Afonso Celso F. A. Oliveira e Roberto Suguino

Arte: Cássio S. Costa, Claudio Portella e Diego Jimenez

Circulação e atendimento ao leitor: (61) 3303-3333

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria de Comunicação Social e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

Impresso em papel reciclado pela Secretaria de Editoração e Publicações (Segraf)

Mães pedem punição para violência policial

Em audiência pública no Rio de Janeiro, a CPI do Assassinato de Jovens ouviu familiares de vítimas de ação da polícia no estado, que pediram o fim da impunidade

DEZENAS DE MÃES que perderam seus filhos no cotidiano de violência nas favelas do Rio de Janeiro tiveram a possibilidade, na sexta-feira, de relatar suas tragédias à Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) do Assassinato de Jovens. A audiência da CPI ocorreu na sede da Ordem dos Advogados do Brasil no estado e contou com representantes do governo, do Judiciário, da polícia, de organizações de defesa dos direitos humanos e de familiares de vítimas da violência policial.

Entre os familiares das vítimas, ficou evidente a sensação de impunidade e o desejo de justiça. Uma das vozes ouvidas foi a da moradora da favela de Manguinhos, Ana Paula de Oliveira, mãe de Jonathans de Oliveira, morto aos 19 anos, em maio de 2014, com um tiro nas costas dado por um PM.

— É preciso união contra esse discurso da impunidade. Não aceitamos não ter resposta da Justiça e do Estado. A vida na favela vale tanto quanto a vida num condomínio de luxo — reclamou.

Emocionada, Terezinha Maria de Jesus, mãe de Eduardo de Jesus, de 10 anos, também protestou. O menino foi assassinado por policiais na porta de casa, no Complexo do Alemão, em abril. O inquérito foi encerrado recentemente, sem indiciar ninguém, o que causou revolta dos parentes.

— Meu filho é uma criança que estava na porta de casa. Alegaram troca de tiro, que não houve. Não aceito, é uma investigação podre e vou lutar com unhas e dentes para ver esses policiais punidos. Meu nome não é mais Terezinha, meu nome é justiça — disse.

O relator, Lindbergh Farias (PT-RJ), responsável por pedir a realização da audiência no Rio de Janeiro, afirmou que o caso de Eduardo não pode



Audiência na OAB-RJ: a CPI tem feito reuniões fora de Brasília para colher dados e ouvir os relatos da população

ficar impune e que vai lutar pela reabertura das investigações. Ele defendeu a reforma no sistema policial brasileiro.

— Essa polícia que está aí é treinada na estrutura de guerra ao inimigo e ao confronto. É uma loucura a PM ainda ser considerada pela Constituição como força auxiliar do Exército. Mas é bom que se diga também que temos a polícia que mais mata, mas também a que mais morre — lamentou.

Armas

O representante da Secretaria de Segurança Pública do Rio de Janeiro, Pehkx Jones da Silveira, fez um apelo aos parlamentares para que lutem para transformar o porte de arma de guerra em crime hediondo. Segundo ele, a polícia apreende, em média, um fuzil por dia no estado. Além disso, é cada vez maior a apreensão de armamentos pesados, como granadas, muitas vezes manuseados por jovens.

— O secretário José Mariano Beltrame pediu para reforçarmos a questão das armas. Peço em nome do secretário que tratem armamentos de guerra como crime hediondo. É algo que depõe contra o estado democrático e as instituições. Só

as Forças Armadas poderiam manusear esses equipamentos — afirmou.

O pedido do governo estadual, no entanto, foi criticado pelo deputado Marcelo Freixo (PSOL-RJ), que destacou o fato de 80% das vítimas de homicídios serem mortas por armas curtas, produzidas no Brasil e sem controle estatal.

— Até quando o governo vai insistir em gerar essa cortina de fumaça? Lógico que existem armas de guerra, mas elas não são responsáveis pela maior parte das mortes e vocês sabem disso. Por que não se fiscalizam as empresas privadas de segurança? Aliás, boa parte delas tem como donos gente da área de segurança pública. Por que não se investiga isso? — disse o deputado.

Drogas

Com base em estudos recentes, o delegado da Polícia Civil Orlando Zaccane disse que o que acontece com negros e pobres hoje no país não é somente uma questão de violência policial, mas de violência do Estado. Na avaliação dele, o Estado individualiza a culpa, fazendo-a recair sobre os agentes de segurança pública.

Zaccane defendeu a le-

galização da produção, do comércio e do consumo de drogas como forma de acabar com a “máquina de moer” do tráfico. Para ele, não adianta só descriminalizar a conduta do usuário e manter o mercado na clandestinidade.

— A AmBev, a maior empresa do país, vende drogas. Tem que acabar com essa hipocrisia. A legalização das drogas pode salvar vidas — defendeu.

O juiz André Nicolitt tem opinião semelhante. Para ele, a legalização é um caminho para conter grande número de mortes, reduzir o encarceramento e evitar o sofrimento de milhões de famílias.

— Podemos fumar cigarro e beber uísque, mas algumas drogas o sistema capitalista resolveu coibir. Os males produzidos pela guerra às drogas são maiores que o uso, ainda que abusivo, delas. Hoje o cigarro é droga lícita e seu uso está caindo drasticamente. Ou seja, há outros mecanismos para lidar com drogas, além do direito penal — afirmou.

Presidida pela senadora Lídice da Mata (PSB-BA), a CPI do Assassinato de Jovens tem feito audiências fora de Brasília para colher dados e ouvir a população local.

CPI reúne dados sobre homicídios de jovens no Brasil

Hoje, às 19h30, a CPI promove em Brasília uma audiência pública interativa para discutir indicadores de homicídios de jovens no país. Para tratar do assunto, foram convidados representantes de ONGs e associações de defesa da criança e do adolescente.

O objetivo, segundo Lídice da Mata, é reunir dados qualificados para fazer um diagnóstico preciso da violência contra jovens e propor medidas efetivas para o problema.

— Para enfrentamento dessa questão, que envolve dinâmicas complexas, o Senado pode contribuir, a partir de sua competência constitucional investigativa, chamando à discussão pesquisadores e familiares de vítimas — afirmou.

Participam da audiência o conselheiro da organização Viva Rio Sebastião dos Santos; o responsável pela campanha Amanhecer contra a Redução, Wesley Teixeira Silva; o coordenador da Associação Nacional dos Centros de Defesa da Criança e do Adolescente (Anced) Vinícius Miguel e o coordenador do Programa de Adolescência e Cidadania do Fundo das Nações Unidas para a Infância (Unicef), Mário Volpi.

Na quarta-feira, a CPI ouviu os secretários de Segurança do Rio de Janeiro, José Mariano Beltrame; da Bahia, Maurício Teles Barbosa; do Ceará, Delci Carlos Teixeira; e de São Paulo, Alexandre de Moraes.

Veja na pág. 2 como acompanhar a audiência e participar dela

Comissão da legislação desportiva inicia trabalhos

Estão marcadas para hoje e amanhã, às 10h, as duas primeiras reuniões deliberativas da comissão de juristas criada para revisar a legislação desportiva. A missão do grupo é elaborar o anteprojeto de uma lei geral do esporte.

As reuniões ainda não têm pauta definida. Os 11 juristas apresentarão os temas que devem priorizar para que o colegiado, então, organize o trabalho. A ideia é que a comissão reúna e sistematize normas já existentes sobre esporte no Brasil, atualizando-as em um texto único, explica o presidente do Senado, Renan Calheiros:

— A comissão será um norte fundamental para que possamos discutir, sistematizando o que existe hoje na legislação de maneira pulverizada.

A comissão também poderá propor novos dispositivos para preencher lacunas identificadas na legislação atual. Romário (PSB-RJ), presidente da Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE), acredita que esse processo de modernização será um legado positivo do Senado à realização de megaeventos no país, como as Olimpíadas.

— Acho que a gestão transparente deve ser a baliza desse

anteprojeto. As leis nessa área são feitas para as entidades, não para a sociedade.

A comissão é presidida por Caio César Vieira Rocha, que também é presidente do Superior Tribunal de Justiça Desportiva (STJD), e tem como relator o advogado Wladimir Vinycius de Moraes Camargos, que atuou no Ministério do Esporte e na Confederação Nacional de Clubes.

O grupo tem prazo de 180 dias para elaborar o anteprojeto, que será entregue a uma comissão de senadores designada pela Presidência do Senado para analisar o texto.

Juristas que avaliam ações para desburocratização se reúnem hoje

A Comissão de Juristas da Desburocratização (CJD) faz hoje, às 14h30, mais uma reunião de trabalho para discutir projetos que simplifiquem e agilizem a administração pública.

Na última reunião, em 26 de outubro, o colegiado discutiu a apresentação de um conjunto de medidas para unificar os cadastros de informações trabalhistas. Os juristas também avaliaram a legislação tributária, considerada por eles pouco clara para a população. O grupo

deve propor alterações na PEC 112/2015, do senador Ataídes Oliveira (PSDB-TO), que regula o processo administrativo de contestação de dívidas tributárias.

A comissão, criada pelo presidente do Senado, Renan Calheiros, foi instalada no início de setembro. Composto por 16 juristas, o colegiado tem como presidente o ministro Mauro Campbell, do Superior Tribunal de Justiça (STJ). O relator é o ministro Dias Toffoli, do Supremo Tribunal Federal (STF).

Pecuária em Rondônia espera nomeação de fiscais

Audiência em Porto Velho revelou que frigoríficos do estado correm risco de fechar por escassez de veterinários do Ministério da Agricultura que façam inspeção sanitária e emitam certificações

O DEFICIT DE fiscais sanitários federais em Rondônia, sobretudo de médicos veterinários, está motivando apreensão no estado. Durante audiência pública na sexta-feira, em Porto Velho, da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (CRA), parlamentares e convidados manifestaram receio de que os frigoríficos tenham as atividades paralisadas pela falta de fiscais para inspecionar o abate e emitir a certificação exigida para as vendas, tanto no mercado interno como no exterior.

Para evitar um colapso, o apelo geral foi pela nomeação imediata de 12 veterinários aprovados no último concurso para a Superintendência do Ministério da Agricultura e Pecuária de Rondônia.

Hoje todo o estado dispõe de apenas 14 veterinários, 12 atuando na inspeção de unidades de produção e 2 em defesa sanitária.

Acir Gurgacz (PDT-RO), vice-presidente da CRA, anunciou que um documento com as reivindicações será encaminhado amanhã aos ministérios que podem dar resposta ao problema — da Agricultura e Pecuária (que nomeia os fiscais), do Planejamento (que autoriza as nomeações) e da Fazenda (que garante recursos para os pagamentos).

Para o senador, não se pode admitir que problemas de infraestrutura e gestão afetem as conquistas do estado no setor agropecuário.

— O mais difícil já conseguimos, que são as negociações bilaterais para aumentar as exportações e os investimentos do próprio estado para garantir a qualidade do que estamos produzindo. Não podemos deixar de avançar por questões burocráticas e problemas de gestão — reclamou.

Dinamismo

A audiência, realizada no auditório da Assembleia Legislativa de Rondônia, foi requerida pela presidente da CRA, Ana Amélia (PP-RS), e por Gurgacz, e foi o 12º seminário do ciclo de palestras e debates que a CRA está promovendo em todo o país.

Ana Amélia criticou cortes de despesas em setores como a agropecuária, que, pelo dinamismo, podem ajudar a resolver a crise do país. A senadora apelou para que o governo federal seja sensível às demandas do estado.

Ivo Cassol (PP-RO) pediu



Acir Gurgacz (2º à esq.) e Ana Amélia em audiência realizada em Porto Velho

urgência nas nomeações.

— Não é cortando pessoal qualificado que se resolve crise, mas com credibilidade e competência — afirmou o senador.

Para evitar maior desarticulação das atividades em Rondônia, o Ministério da Agricultura tem deslocado para o estado alguns fiscais de outras unidades federativas. No documento aos três ministérios, será solicitado que essa força-tarefa seja reforçada entre janeiro e fevereiro, quando a equipe local ficará mais fragilizada por conta de férias dos servidores.

O superintendente do Ministério da Agricultura e Pecuária em Rondônia, José Valterllins Marcelino, explicou que há carência de fiscais em todo o país. Ele disse que, nos últimos anos, o órgão contou com o reforço de veterinários cedidos pelo estado e prefeituras, mediante convênio.

Porém, em julho de 2015, eles tiveram que ser afastados, por força de decisão favorável a uma ação civil pública apoiada no argumento de que a fiscalização é competência exclusiva e direta do governo federal. A CRA pretende abrir discussão sobre como legalizar esse tipo de convênio, adiantou Gurgacz.

Vacinas

Para afastar o risco de contágio de febre aftosa e outras doenças, o estado vem investindo fortemente em programas de sanidade animal, destacou o secretário de Agricultura de Rondônia, Evandro Cesar Padovani. Ele acrescentou que as campanhas de vacinações se estendem por faixa dentro da fronteira da Bolívia.

A seu ver, a participação federal nesses esforços é indispensável, pois enfermidades nos rebanhos causam perdas para todo o país, pelo descrédito no mercado externo.

Em relação aos fiscais federais, ele observou que as últimas nomeações feitas pelo

Ministério da Agricultura ocorreram em 2007, com 12 fiscais veterinários sendo designados para Rondônia. Segundo ele, em menos de dois anos, oito pediram transferência para outros estados, como Rio de Janeiro e Ceará, sem que houvesse substituição.

— Como Rondônia não tem praia, não quiseram ficar aqui. Parabéns aos que permaneceram, pois estão fazendo toda a diferença — afirmou.

O presidente da Federação da Agricultura e Pecuária de Rondônia, Hélio Dias de Souza, disse que a entidade já havia manifestado ao Ministério da Agricultura a preocupação não apenas com os veterinários, mas com o esvaziamento de todo o quadro de pessoal da superintendência no estado.

Preço rebaixado

Souza sugeriu nova audiência em Rondônia, dessa vez para debater problemas de comercialização da carne, que no estado está com preço rebaixado em até 20% em relação a outras unidades federativas fronteiriças.

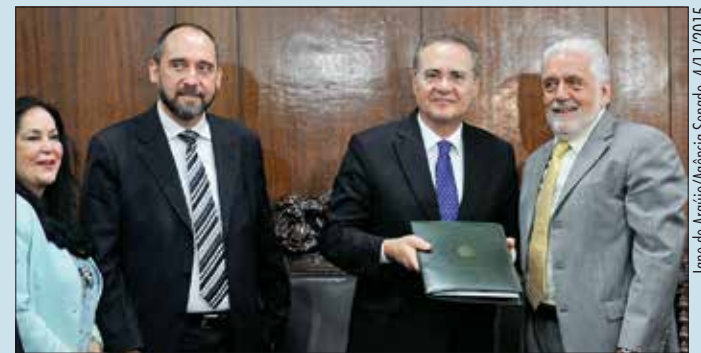
Representante dos frigoríficos, Eduardo Ferreira afirmou que as empresas do setor estão fazendo sua parte, investindo em melhorias e ampliação das instalações.

Em janeiro, o estado vai receber comitiva da Comunidade Europeia, com o objetivo de avaliar a situação dos rebanhos e unidades de abate. Ferreira disse que o estado não pode perder a oportunidade de ampliar mercados por questão tão básica como a carência de fiscais sanitários.

Atualmente, Rondônia ocupa a sexta posição na produção de carne bovina no país. Conta com um rebanho de 13 milhões de cabeças, com abate anual de 2,2 milhões.

A atividade gera receitas da ordem de R\$ 4 bilhões ao ano, sendo metade decorrente das vendas para o mercado interno e outra metade gerada pelas exportações.

ACONTECEU NO SENADO



Rose preside a CMO, que votará texto entregue por Wagner (D) a Renan

Renan recebeu do governo defesa das contas de 2014

Na quarta-feira, o ministro-chefe da Casa Civil, Jaques Wagner, entregou ao presidente do Senado, Renan Calheiros, a defesa do governo sobre as contas de 2014. O documento, que rebate a recomendação do TCU pela rejeição das contas, foi remetido à Comissão Mista de Orçamento.

DIREITO DE RESPOSTA FOI A SANÇÃO PRESIDENCIAL

O direito de resposta em meios de comunicação foi aprovado em Plenário na quarta-feira. Pelo PLS 141/2011, do senador Roberto Requião (PMDB-PR), a resposta deverá ser do mesmo tamanho ou duração da reportagem ofensiva.



POLÍCIA FEDERAL REPASSOU INFORMAÇÕES À CPI DO HSBC

Representantes do Ministério Público e da PF disseram na terça-feira à CPI do HSBC, presidida pelo senador Paulo Rocha (PT-PA), que as investigações do caso apontam para a possibilidade de evasão de divisas e de lavagem de dinheiro.

PLENÁRIO REABRIU VOTAÇÕES COM MEDIDAS PROVISÓRIAS

Na quarta, o Senado aprovou duas medidas provisórias. A 682/2015 trata do Fundo de Estabilidade do Seguro Rural, que será administrado pela Agência Brasileira Gestora de Fundos Garantidores e Garantias. A 687/2015 autoriza o Executivo a reajustar taxas da Ancine, do Cade e do Ibama.

ANISTIA PARA MILITARES GREVISTAS FOI APROVADA

Também na quarta, o Plenário aprovou a anistia a policiais e bombeiros de 19 estados e do DF punidos por terem participado de greves. O benefício consta do PLC 17/2015, que segue para sanção da Presidência da República.

ISS SOBRE RASTREAMENTO DE CARROS VAI À CÂMARA

Outro projeto aprovado foi o PLS 501/2013 — Complementar, que explicita a incidência do ISS nos serviços de monitoramento e rastreamento de veículos. O texto segue para análise da Câmara dos Deputados.

COMISSÃO CONFIRMOU CRÉDITO PARA MINISTÉRIOS

Na terça, a Comissão Mista do Orçamento (CMO) aprovou a Medida Provisória (MP) 697/2015, que destina R\$ 950,2 milhões a cinco ministérios: Integração Nacional (R\$ 610 milhões), Relações Exteriores (R\$ 300 milhões), Justiça (R\$ 15 milhões), Transportes (R\$ 19 milhões) e Defesa (R\$ 6,2 milhões).



MINISTÉRIO ANUNCIOU VERBA PARA PONTOS DE CULTURA

O representante do Ministério da Cultura Alexandre Santini disse à Comissão de Educação, na quarta, que a pasta contará com cerca de R\$ 50 milhões para apoiar projetos e organizações que formam a rede Pontos de Cultura. A ação faz parte do Programa Cultura Viva.

SENADORES DEBATERAM SITUAÇÃO DE PENITENCIÁRIAS

Senadores mostraram preocupação com o sistema prisional, apesar dos R\$ 459 milhões arrecadados em 2014 pelo Fundo Penitenciário Nacional. O tema foi discutido na quarta na Comissão de Infraestrutura (CI), presidida por Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN).



PROJETO SOBRE APOSENTADORIA POR INVALIDEZ AVANÇOU

A Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) aprovou na quarta a PEC 56/2014, que prevê proventos integrais para servidor que se aposentar por invalidez. A regra ainda precisa passar por dois turnos de votação no Plenário.